

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 566.477 - MG (2020/0066115-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**REQUERENTE** : **FLAVIO LUIZ DO NASCIMENTO**  
**ADVOGADO** : **MARCELO JOSÉ CERQUEIRA CHAVES - MG125178**  
**REQUERIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu a liminar (e-STJ fls. 62/65).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante no dia 2/12/2019, pela suposta prática dos crimes descritos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, porque foi surpreendido, juntamente com outro denunciado e um adolescente, **com 25 invólucros de cocaína (totalizando aproximadamente 168 gramas) e 4 pedras de crack, uma balança de precisão, além da quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em notas de pequeno valor** (e-STJ fl. 8).

Irresignada, a defesa intentou o pedido de liberdade provisória, o qual foi concedido pelo Juiz de primeiro grau (e-STJ fl. 33), prisão posteriormente restabelecida pelo Tribunal estadual ao dar provimento do recurso do Ministério Público (RESE).

Na sua petição, argumenta a extemporaneidade da medida e pede o reexame da liminar em razão também da epidemia de coronavírus.

É o relatório, **decido**.

Não se desconhece que a natureza das substâncias entorpecentes, bem como a quantidade apreendida podem servir de fundamento para a prisão preventiva, como no caso em exame – apreensão de aproximadamente 168 g de cocaína, 4 pedras de *crack*, uma balança de precisão e a quantia de R\$ 2.000,00.

Porém, diante do quadro grave de propagação do

vírus no Brasil e da Recomendação n. 62 do CNJ, entendendo ser possível manter, nesse contexto de pandemia, o estado de liberdade do paciente.

Isso porque o paciente foi posto em liberdade em 2/1/2019, e decisão do Tribunal determinando seu retorno para o cárcere deu-se em 3/3/2020, cerca de um ano após, sem registro de outros eventos posteriores, sendo evidente a extemporaneidade da medida.

Com efeito, o § 2º do art. 313 do CPP, incluído pela Lei nº 13.964, de 2019, estabelece que "[a] **decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.**".

Além disso, o fato criminoso não foi praticado com violência ou grave ameaça e não há notícia nos autos de envolvimento anterior do paciente com organização criminosa, o que evidencia a possibilidade de aplicação de outras medidas mais brandas.

Ante o exposto, **reconsidero** a decisão anterior e **defiro a liminar** para restabelecer a decisão do Juízo de primeiro grau que assegurou ao paciente a liberdade provisória, até o julgamento do mérito do presente *habeas corpus*.

Comunique-se, **com urgência**, ao Tribunal estadual e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes cópia da presente decisão.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator